

A TEORIA DE HAYDEN WHITE E A LÍNGUA PORTUGUESA

Marcelo Augusto Parrillo Rizzo (UFG)
marceloaprizzo@gmail.com

RESUMO

Para o teórico e crítico Hayden White, os historiadores ordenam seus dados de forma poética para que suas narrativas possam ser compreendidas pelos leitores. Esta ordenação se dá por meio de tropos que são estruturas linguísticas as quais o autor, consciente ou inconscientemente, está preso. Partindo da ideia de que Hayden White construiu sua teoria sobre uma base teórica de linguagem anglo-saxônica e europeia, este trabalho pretende investigar se a estrutura linguística portuguesa se compatibiliza com os tropos identificados por White como estrutura da escrita literária e histórica. Desta maneira, investigamos a composição tropológica da linguagem portuguesa a partir de obras literárias brasileiras para compará-las aos escritos históricos do nosso país.

Palavras-chave:

Hayden White. Estrutura linguística portuguesa. Escrita literária. Escrita histórica.

I.

Hayden White é um teórico da história que acredita que status epistemológico das explicações históricas foi por muito tempo estudado sem se atentar para o fato de que a narrativa histórica é um artefato verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos que ocorreram no passado e que são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências. (RIZZO, 2006, p. 57)

Assim, o teórico americano defende que no século XIX ocorreu a imposição do empirismo como única via de acesso à verdade para a disciplina histórica, criando um abismo entre História e Literatura. Esta distinção resultou na repressão do aparato conceitual e na remissão do momento poético da escrita histórica no interior do discurso. Esta cientificação da história ocorreu em uma época em que conflitos entre representantes políticos carregavam uma filosofia da história como estrutura para suas ações. Neste período, tornou-se bom senso constituir uma disciplina histórica específica que tinha como propósito a objetividade determinando os fatos da história (RIZZO, 2006, p. 53). Neste sentido, ele defende que para a história se manter atualizada epistemologicamente, é necessá-

rio escapar da disciplinarização da História. A história estaria desatualizada pois continua trabalhando com uma mistura de ciência e arte do século XIX. O tratamento dos dados sem perceber a subjetividade e a narrativa em base cronológica são exemplos disto. Para White, os historiadores devem restabelecer a dignidade dos estudos históricos harmonizando-se com a comunidade intelectual como um todo e participando da libertação do presente do “fardo da história”. Para isso, o historiador deve incorporar as novas concepções de ciência e arte, pois, enquanto essas se desenvolveram desde o século XIX quando tiveram relações próximas com a história. (RIZZO, 2006, p. 53)

Esta incorporação transformaria a história em arte interpretativa ao invés de uma ciência explicativa, utilizando de novas metáforas interpretativas ao invés de novas explicações causais. Essa transformação permitiria o historiador a enxergar o presente aberto às possibilidades de ação sem a completude que a explicação causal exige. (RIZZO, 2006, p. 54)

A grande novidade deste trabalho está em seu tratamento estruturalista, caracterizado pelo deslocamento do significado do nível da referencialidade para um nível de significação secundária, neste caso, as estruturas profundas do discurso histórico. Esta concepção parte das influências da crítica literária baseadas no formalismo russo e o círculo linguístico de Praga, a nova crítica americana representada principalmente por Kenneth Burke e Northrop Frye e o que ficou conhecido como estruturalismo científico de Lévi-Strauss. (RIZZO, 2006, p. 56)

Nesta concepção estruturalista, todos trabalhos históricos possuem um elemento “meta-histórico”, os tropos. Este elemento funciona como uma estrutura geralmente poética que relaciona os dados do passado e conceitos teóricos a fim de formar uma história coerente. (RIZZO, 2006, p. 57)

Através dos tropos, White acredita poder classificar os discursos históricos em relação a eles e não mais devido aos seus conteúdos. Como explica Rizzo:

Através dos tropos, White acredita poder classificar os discursos históricos em relação a eles e não mais devido aos seus conteúdos. Isto significa, segundo White, que existe uma estrutura pré-crítica que permite a caracterização do passado em diferentes tipos de discurso figurado. Combinando seus diversos tipos de explicação e preparando o discurso do historiador para uma apreensão consciente do leitor, ou seja, os tropos funcionam como elementos na interpretação do passado pelo historiador e noções gerais das formas que as si-

tuações humanas significativas devem assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra. O tropo torna familiar a explicação histórica ao leitor no momento que sugere uma relação de similitude entre a explicação e as formas de estória que ele normalmente utiliza para conferir significado aos acontecimentos de sua vida. Como White a descreve, a narrativa histórica é não só uma *reprodução* dos acontecimentos nela relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária.

Baseando em Kenneth Burke, White utiliza o que ele chama de quádrupla concepção dos tropos que é composto pela metáfora (onde os fenômenos são caracterizados através de suas semelhanças ou diferenças), a metonímia (um fenômeno é tomado como representativo pelo todo), a sinédoque (o fenômeno simboliza alguma qualidade inerente ao todo) e a ironia (que caracteriza os fenômenos através da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente no nível literal). (RIZZO, 2006)

Não existe diferenciação ontológica entre literatura e história porque todas as narrações referentes ao passado, sejam filosofias da história ou a história propriamente dita, possuem um tropo que prefigura a maneira como o escritor irá relacionar a sua elaboração de enredo, seu modo de argumentação e seu modo de implicação ideológica. (RIZZO, 2006, p. 57)

Como White nota:

Toda história possui uma filosofia da história implícita, a diferença desta com aquela é que a última explicita os seus propósitos. Estes modos de explicação que interpretam os fatos só são possíveis através da organização do campo histórico em um território povoado por figuras discerníveis efetuada pelos tropos. O problema do historiador é construir um protocolo linguístico preenchido com dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa. Isto significa que no nível tropológico se constituem os conceitos que serão empregados na constituição dos objetos e como eles podem ser relacionados. (WHITE, 2005, p. 26)

II.

É só a partir de Sílvio Romero que a tradição de se tratar autores portugueses separadamente dos brasileiros se consolida, sendo organizadas histórias literárias e compêndios para o ensino de literatura nos quais os autores portugueses e brasileiros são estudados de maneira distinta de modo a criar uma espécie de tradição (PACHECO, 2009, p. 5). Para o

autor obras em língua portuguesa de escritores nascidos no Brasil ou que viveram longamente em território nacional serão tratadas como brasileiras separando-se do cânone literário português.

Desta maneira, não há como fazer uma ligação entre literatura brasileira e historiografia nacional se não temos ainda a distinção na própria produção literária.

Interpretado desta maneira, ao tratar da relação entre a língua portuguesa e a produção historiográfica brasileira no século XIX, teríamos que nos reportar a uma produção estilística simplesmente portuguesa. Mas não se pode negar prenúncios "brasílicos" mesmo em escritos dos séculos anteriores (ALMEIDA, 2000, p. 5) e verifica-se por todo o século XIX um sentimento antilusitano, que rejeitava não só a cultura e a literatura portuguesas, mas também a própria língua. A escolha do indianismo como tema-símbolo do Brasil deve-se ao fato de os escritores esforçarem-se para produzir uma literatura que diferísse o mais possível da portuguesa. (COUTINHO, 1967, p. 89-90)

Dessa forma, Ferdinand Denis, ao comentar a produção literária brasileira, apontou uma importação de formas estrangeiras na narrativa nacional, mas notou também a aclimação através do nativismo que se caracterizava na escrita nacional. (ALMEIDA, 2000, p. 3)

Seguimos França quando observa que:

A manutenção de qualquer tradição literária mapeada no Brasil até o século XIX denunciaria raízes europeias, por outro, a adoção de uma nova tradição muito possivelmente se mostraria igualmente como manutenção de produtos transplantados. Portanto, ainda que permanecendo formalmente filiada às formas europeias, como sugere Afrânio Coutinho ou Aderaldo Castello, a literatura brasileira para resolver seu problema da originalidade e nacionalidade lançou mão de se definir não por aspectos culturais e formais, mas a partir de prerrogativas e valores intrinsecamente relacionados à sua paisagem, tratada exoticamente. (FRANÇA, 2014, p. 2)

As lendas indígenas e a cor local brasileiras deveriam ser os elementos que enriqueceriam a narrativa literária brasileira pois, deveriam ter consciência de que toda e qualquer contribuição que fizessem seria incapaz de estabelecer uma ruptura com a cultura que a precedeu e a originou, a portuguesa. A literatura brasileira, apesar de livre para construir sua nacionalidade, não deveria perder de vista que por usar a língua de Portugal estaria incondicionalmente atrelada à literatura portuguesa. (FRANÇA, 2014, p. 3)

França resume a situação:

A proposta garrettiana naquele momento não era de todo absurda. Se a distinção das nacionalidades literárias resultaria de diferenças fundamentais entre os dois países (diferenças geográficas, étnicas, históricas e de costumes), a relação de dependência se respaldaria na literatura brasileira não possuir outro patrimônio e esteio se não o português. Aqui reside uma ironia ou paradoxo: paisagens e temas árcades europeus não seriam compatíveis com a literatura nacional brasileira, mas a língua, as normas para utilizá-la, a estética e o patrimônio literário português, expresso em Camões ou Filinto Elísio, sim; estes deveriam permanecer como guia irrecusável para o percurso da literatura brasileira. O problema central que persistiu ao longo do século XIX residia num ponto específico: diante da ausência de uma tradição literária, se supôs que restaria à literatura brasileira a adoção da cor local como motivo poético nacionalizante e, principalmente, diferenciador. (FRANÇA, 2014, p. 4)

Percebemos que não há uma reinvenção tropológicas nos primórdios da literatura brasileira identificada como tal. O que a diferenciaria nestes primeiros momentos é o seu teor nacionalista com temática de “cor local”.

III.

O que procuraremos analisar são diferentes formas literárias brasileiras no século XIX comparando-as com o estudo historiográfico nacional e perceber como se encaixam dentro da ideia tropológica de Hayden White. Se os historiadores se utilizam de formas narrativas as quais conhecem, qual seria a relação da historiografia e literatura brasileira?

Partindo da fundação no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1838 como início de uma historiografia que tinha como objetivo a produção de uma história brasileira sem “desvios e distorções” (PASCHOAL, 2013, p. 2) pois recentemente liberto de Portugal havia certa urgência da construção de um caráter nacional a partir dos próprios brasileiros. Assim, se antes dos oitocentos havia alguma identidade brasileira, era somente de forma tímida e embrionária, e mesmo assim era difícil separá-la de sua vinculação lusitana. (KHALED, 2010, p. 23)

O que podemos perceber na historiografia brasileira deste período é a tradição oitocentista de como fazer história, cujas maiores referências foram Leopold Von Ranke e o pensamento positivista de Augusto Comte.

Assim, antes de se remeter à estrutura das narrativas que compunham a literatura brasileira, a historiografia nacional se inspirava no mo-

delo europeu de se fazer história, não só no cientificismo epistemológico, mas no próprio estilo narrativo. Como diz Reis em relação ao historiador brasileiro oitocentista Varnhagen: “Tanto quanto Ranke, Varnhagen é um historiador típico do século XIX”. (REIS, 2000, p. 24)

Assim, tanto a narrativa de Varnhagen como a de Ranke procura coincidir com o vivido através de uma narração que se procura retratar o tempo como realmente passou.

White cunha o conceito de “realismo doutrinal” para esta concepção de Ranke porque este tomou o realismo como um ponto de vista que não foi derivado de nenhum preconceito específico sobre a natureza do mundo e seus processos. (RIZZO, 2006, p. 61)

Este “realismo doutrinal” surgiu pela necessidade da história, no momento de sua constituição como disciplina autônoma no século XIX, de estabelecer objetivos, métodos e objetos próprios partindo da convicção de que afastara os elementos “intrusos” das ciências, da filosofia e da arte como forma de se legitimar. A história deveria partir de um ponto que não incorporasse o idealismo da filosofia, o positivismo da ciência e o romantismo da arte, e isso, na visão de White, posicionou a disciplina histórica da primeira metade do século XIX em um esquema pré-newtoniano, pré-hegeliano e aristotélico. (RIZZO, 2006, p. 61)

Esse realismo narrativo viria da adesão da historiografia portuguesa a Ranke que acabou por influenciar Varnhagen (BENTIVOGLIO, 2010, p. 179). Assim concordamos com Bentivoglio de que a recurso classificatório não se faz sem dificuldades, haja vista a existência de determinadas escritas da história que se inspiram em outros modelos. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 179)

Entendemos como difícil a tarefa de isolar características próprias da construção narrativa na literatura brasileira e identificá-las na produção historiográfica nacional. Isso porque, apesar da busca da construção de uma identidade nacional, a historiografia brasileira se baseará em critérios europeus de construção narrativa sobre o passado. Este início de investigação sobre esta relação pôde perceber que historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu buscam a cientificidade de sua narrativa não a partir do conteúdo e metodologia como também a forma da escrita. As concepções do “realismo histórico”, baseado na observação dos fatos, apurados em fontes autênticas e fidedignas e na preocupação de narrar “o que realmente aconteceu”. (OLIVEIRA, 2009, p. 90)

Se Souza aponta para o movimento de independência do Brasil, em 1822, como determinante para o divórcio entre as literaturas portu-

guesa e a brasileira (SOUZA, 2007, p. 49), vemos que a historiografia não será composta desta divisão. Mais do que influenciada por um tropo narrativo português, a influência portuguesa no escrever sobre o passado funciona como uma corrente por onde são transmitidos os exemplos historiográficos que fazem sucesso no mundo europeu.

Neste sentido, entendemos que apesar de coincidirem em diversos momentos no sentido ideológico e temático, não podemos, a princípio, concluir que houve uma influência no sentido tropológico da literatura brasileira na historiografia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Cláudio José de. *O papel da crítica na formação da estética literária brasileira do século XIX*. Londrina: UEL, 2000.

BENTIVOGLIO, Julio. Entre a história e o cânone: a ciência histórica oitocentista e seus textos fundadores. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

FRANÇA, Eduardo Melo. Atendendo a uma demanda externa: o problema da tradição, da identidade e da cor local como suposta solução para a construção da literatura brasileira no século XIX. *Acta Scientiarum*. Maringá, vol. 36, n. 3, p. 251-261, jul./set.2014.

KHALED JUNIOR, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. Ouro Preto: Edufop, n. 2, 2009.

PACHECO, Mirela Magnani. Ecos da crítica oitocentista na historiografia da literatura brasileira: o parnaso lusitano e a invenção do arcadismo no Brasil. *Anais do Seminário Nacional Literatura e Cultura*, vol. 1, 2009.

PASCHOAL, Máira Guimarães. Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeia. *Anais do XXVII*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

WHITE, Hayden: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad.: José Laurênio de Melo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.